

ATA NÚMERO 157/XII/3ª SL

05.novembro.2013 – 15h00

Aos 5 dias do mês de novembro de 2013, pelas 15:00 horas, reuniu a Comissão de Educação, Ciência e Cultura, na sala 06, do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

2. Aprovação de ata

3. Comunicações do Presidente

4. Audiência ao CRUP – Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas – 15h00

5. Petição n.º 290/XII/3.ª da iniciativa Marco Gabriel Lopes Teixeira, que “Solicitam que não seja implementada a prova de avaliação de conhecimentos e competências para ingresso na carreira docente.

- **Apreciação e votação do parecer**
- **Deputado relator:** Luis Fazenda - BE

6. Petição n.º 297/XII/2.ª da iniciativa de João António Correia Martins, que pretende uma alteração legislativa, com vista à integração dos créditos criados ao abrigo do Decreto-Lei n.º 309-A/2007, de 7 de setembro, no regime previsto no Decreto-Lei n.º 227/2012, de 25 de outubro

- **Apreciação da nota de admissibilidade**
- **Deputado(a) relator (a):** PS

7. Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à renovação do Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre a Comunidade Europeia e o Governo dos Estados Unidos da América [COM(2013)731].

- **Apreciação liminar**
- **Autor do parecer:** PSD
- **Apresentação do Parecer:** 26.novembro.2013

8. RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO – O sistema das Escolas Europeias em 2012 [COM(2013)714].

- **Apreciação liminar**
- **Autor do parecer:** PSD
- **Apresentação do Parecer:** 26.novembro.2013

9. Grupos de trabalhos e Relatores Temáticos para a 3.ª Sessão: composição, mandato e planos de atividades

10. Outros assuntos

11. Datas das próximas reuniões

Dia 6 de novembro de 2013
Dia 7 de novembro de 2013

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

Na ausência do Sr. Presidente da Comissão, a reunião foi presidida pela Sra. Vice-Presidente, Deputada Nilza de Sena.

A Senhora Presidente submeteu à consideração dos presentes a inclusão, na Ordem do Dia, da fixação da redação final dos projetos de resolução abaixo, o que foi aceite:

- Projeto de Resolução n.º 841/XII/3.^a (PS) - Recomenda ao Governo que promova o multilinguismo mediante a integração do inglês no currículo obrigatório do 1º ciclo do ensino básico e crie condições para a aprendizagem de uma segunda língua estrangeira no âmbito das Atividades de Enriquecimento Curricular;
- Projeto de Resolução n.º 854/XII/3.^a (PSD/CDS-PP) - Recomenda ao Governo a proteção dos documentos sonoros que sejam parte do património cultural português.

O BE solicitou o adiamento do ponto 5 da Ordem do Dia, o que foi aceite.

Com estas alterações, a Ordem do Dia foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS e CDS-PP, registando-se a ausência do PCP, BE e PEV.

2. Aprovação de ata

A ata n.º 156, relativa à reunião de 30 de outubro, foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS e CDS-PP, registando-se a ausência do PCP, BE e PEV.

3. Comunicações do Presidente

3.1. A Sra. Presidente comunicou as seguintes alterações na composição da Comissão, transmitidas pelos Grupos Parlamentares:

PSD: a Deputada Isilda Aguincha passa a exercer funções de coordenadora do PSD na Comissão e os Deputados Maria da Conceição Pereira e Duarte Marques passam a Vice-Coordenadores; a Deputada Maria da Conceição Caldeira passa a integrar a Comissão, como efetiva, ocupando o lugar deixado pela Deputada Ana Sofia Bettencourt.

PS: os Deputados Agostinho Santa e Sandra Pontedeira integram a Comissão, em substituição dos Deputados Rui Jorge Santos e Miguel Coelho, e a Deputada Elza Pais passa a efetiva. O Deputado Acácio Pinto passa a exercer funções de coordenador do PS na Comissão.

3.2. A Sra. Presidente transmitiu que baixou à Comissão o Projeto de Resolução n.º 858/XII (PS) - *Recomenda ao Governo o alargamento das suas competências à tutela do arquivo sonoro nacional, garantindo a existência e o funcionamento de um espaço comum de armazenamento e preservação deste património por si administrado*, tendo o PS indicado que pretende a sua discussão no Plenário.

3.3. Informou ainda que foram dirigidos os seguintes pedidos de audiência à Comissão:

- Federação Nacional dos Professores (FENPROF), sobre o Orçamento do Estado para 2014 e seus reflexos no Ensino Superior, nas suas instituições e nos docentes e investigadores. Tendo sido sugerida a data de 7 de novembro, às 14h30, pelo Sr. Presidente da Comissão, foi deliberado ponderar uma nova data, por se encontrarem agendadas, para as 14h00 desse dia, duas audições do Grupo de Trabalho da Partilha de Dados Informáticos.
- Associação Nacional de Escolas Profissionais (ANESPO), sobre o planeamento e organização do ano letivo 2013/14, sobre o desenho curricular das respostas formativas de dupla certificação no futuro e sobre funcionamento dos Centros para a Qualificação e o Ensino Profissional (CQEP) na certificação de competências e orientação vocacional. Por proposta do Sr. Deputado Acácio Pinto, a Comissão deliberou agendar esta audiência em plenário da Comissão.
- Associações de Pais do Agrupamento da Maia, sobre a falta de pessoal não docente nas escolas. Foi deliberado conceder a audiência, através do sistema do Deputado-Piloto, cabendo ao PCP proceder ao seu agendamento, numa reunião aberta a todos os Deputados.

3.4. Foram apreciados os relatórios das audiências concedidas pelo GT/Partilha dos Dados Informáticos à Sociedade Portuguesa de Autores-SPA e Cooperativa de Gestão dos Direitos dos Artistas, Intérpretes ou Executantes-GDA e pelo GT/Educação Especial ao presidente da Pró-Inclusão – Associação Nacional de Docentes de Educação Especial, não se tendo registado quaisquer observações sobre os mesmos.

3.5. Na sequência da discussão ocorrida na reunião anterior, sobre o Acordo Ortográfico, o Sr. Deputado Carlos Enes (PS) submeteu à consideração da Comissão a possibilidade de ser divulgada, na página da Comissão, uma carta que o Embaixador do Brasil dirigiu a alguns Deputados da Comissão, sobre o posicionamento daquele país em relação ao Acordo Ortográfico.

Após a intervenção do Sr. Deputado Michael Seufert (CDS-PP), foi deliberado não efetuar qualquer diligência, pelo facto de a missiva não ter sido dirigida à Comissão, mas a alguns Deputados, individualmente.

3.6. A Sra. Presidente lembrou, por último, a realização do Café de Ciência, no dia 13 de novembro, às 18h, sobre “O futuro da água: desafios da sustentabilidade”, estando confirmada a presença da Secretária de Estado da Ciência. Recordou ainda que a reunião da Comissão, nessa semana, terá lugar no dia 13, às 16h00.

O Sr. Deputado Amadeu Albergaria (PSD) chamou a atenção para o facto de a data desta iniciativa coincidir com o período da discussão do Orçamento do Estado, dificultando, desta forma, a participação de alguns Deputados, pelo que sugeriu que, em próximas edições, fosse tomada em consideração esta questão, dada a importância que reveste esta iniciativa para a Comissão.

O Sr. Deputado Acácio Pinto (PS) manifestou a sua concordância em relação a esta proposta.

4. Audiência ao Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP) - 15h00

A delegação do CRUP integrava os seguintes Srs. Prof. Doutores: António Rendas (Reitor da Universidade Nova de Lisboa e presidente do CRUP), João Gabriel Silva (Reitor da Universidade de Coimbra), António Feijó (Reitor da Universidade de Lisboa), Marques dos Santos (Reitor da Universidade do Porto), José Alberto Rafael (Reitor da Universidade de

Aveiro), José Mendes (Vice-Reitor da Universidade do Minho), Carlos Braumann (Reitor da Universidade de Évora), António Fontainhas Fernandes (Reitor da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro), José Carmo (Reitor da Universidade da Madeira), António Fidalgo (Reitor da Universidade da Beira Interior), Paulo Dias (Reitor da Universidade Aberta) e António Caetano (Vice-Reitor do ISCTE/IUL).

Os Srs. Reitores apresentaram os fundamentos que presidiram ao pedido de audiência e que, em síntese, se apresentam:

- Reconhecem o grave problema do País e a necessidade de se efetuarem alguns cortes e estão empenhados no esforço para a inversão do quadro de crise que se vive;
- A redução das dotações do Orçamento do Estado que foram capazes de acomodar corresponde a cerca de 1/3 no decurso dos últimos anos;
- A introdução de cativações no exercício corrente provoca situações insustentáveis e que impedem o cumprimento de compromissos já assumidos, uma vez que a programação das atividades é efetuada com base nos orçamentos aprovados no ano anterior;
- O Orçamento para o próximo ano contém, uma vez mais, um conjunto de medidas que configura um agravamento da situação de enorme fragilidade financeira que as universidades enfrentam atualmente, e que ameaça o seu normal funcionamento, a manutenção dos edifícios e a renovação de laboratórios de ensino e de investigação científica;
- A redução remuneratória para os efetivos da Administração Pública parece ter desencadeado, por parte da Direção Geral do Orçamento, um exercício de corte nas dotações afetas àqueles encargos, que excede largamente os montantes que deveriam suportar os custos com as remunerações certas e permanentes dos diversos grupos de pessoal das universidades públicas;
- As limitações expressamente impostas ao recrutamento de trabalhadores nas instituições de ensino superior públicas (artigo 56.º) vêm, da mesma forma, inviabilizar o normal funcionamento das universidades, provocando a impossibilidade de algumas instituições prosseguirem a sua regular atividade;
- As restrições à contratação de docentes convidados, no próximo ano, farão perigar o funcionamento de muitas universidades.

Concluíram, solicitando a intervenção dos Deputados da Comissão, para que se mantenha a norma em vigor há dois anos, que não tem qualquer impacto no orçamento, e sensibilizando para a importância da flexibilidade para aumentarem a receita própria, que permite acomodar os cortes sucessivos de que têm sido alvo.

Relativamente à reestruturação da rede de ensino superior, entendem que deverá ter uma perspetiva heterogénea e seguir critérios objetivos, tendo em conta os diferentes contextos, e ainda que deverá ser feito num clima de estabilidade e flexibilidade.

O Sr. Deputado Duarte Marques (PSD) agradeceu a exposição e afirmou que o PSD vai empenhar-se na busca de soluções que vão ao encontro das pretensões do CRUP. Lembrou que as instituições souberam cumprir o contrato de confiança e, relativamente à rede de ensino superior, considerou que é necessário um esforço maior para se conseguir a sua reformulação.

O Sr. Deputado Pedro Delgado Alves (PS) disse partilhar as preocupações apresentadas pelos Srs. Reitores, considerando que a investimento no ensino superior e na investigação não é estratégico para este Governo. Manifestou ainda a sua preocupação em relação aos cortes para o ensino superior e também em relação à redução do número de alunos. Colocou, por último, algumas questões, nomeadamente em relação ao regime transitório do Estatuto da Carreira Docente e à sustentabilidade do reposicionamento na carreira, sobre o impacto das

restrições na obtenção de financiamento externo e sobre as melhores opções estratégicas, em termos regionais, para a reorganização da rede.

O Sr. Deputado Michael Seufert (CDS-PP) lembrou que muitas das questões levantadas dependem de uma multiplicidade de tutelas, mas afirmou que o CDS-PP questionará o Ministro da Educação e Ciência e a Ministra das Finanças, no sentido de se encontrar solução para alguns dos problemas expostos. Considerou ainda que o ensino superior tem revelado alguma inércia em avançar com algumas reformas, referindo-se, especificamente à questão da redução do número de alunos e à organização regional do ensino superior.

A Sra. Deputada Rita Rato (PCP) lembrou que os cortes sucessivos no ensino superior têm justificado audiências com o CRUP, pelo menos desde 2010, registando-se, desde então, um corte de 330 M€, o que configura uma desvalorização do papel do ensino superior. Solicitou, por último, informações sobre a organização da rede de ensino superior, afirmando que a Assembleia da República está arredada desse processo, e manifestou a sua preocupação em relação ao seu impacto, do ponto de vista dos postos de trabalho e da não salvaguarda das especificidades de algumas instituições.

Respondendo às questões colocadas, os representantes do CRUP sublinharam que o compromisso de lealdade tem de ser um compromisso de verdade e afirmaram que não vão conseguir assegurar a qualidade do ensino e da investigação, se se mantiverem os cortes, dada a iminência de colapso das instituições. Referiram-se à dificuldade de captação de receitas do exterior, o que compromete a sua capacidade competitiva, e consideraram que se não for resolvida a questão do artigo 56.º, não conseguirão trabalhar com os fundos comunitários.

Fizeram referência ao impacto das restrições à contratação e, no caso da Universidade Aberta, à falta de enquadramento legal, e sublinharam a importância do ensino superior nas regiões do interior, por constituir a única esperança de desenvolvimento. Assim, apelaram para que seja encontrada uma solução urgente para o desequilíbrio do País, que não se compadece com o corte previsto para a Universidade da Beira Interior para o próximo ano.

Por último, consideraram que o ensino superior português se encontra ao nível do ensino superior internacional, tendo Portugal uma boa capacidade de atração de alunos estrangeiros, pelo que o ensino superior constitui um setor que tem de ser valorizado, pelo seu enorme potencial, ao nível da imigração qualificada e da sua capacidade exportadora.

A documentação da audiência encontra-se disponível na [página da Comissão, na Internet](#).

5. Petição n.º 290/XII/3.ª da iniciativa Marco Gabriel Lopes Teixeira, que “Solicitam que não seja implementada a prova de avaliação de conhecimentos e competências para ingresso na carreira docente.

Adiado.

6. Petição n.º 297/XII/2.ª da iniciativa de João António Correia Martins, que pretende uma alteração legislativa, com vista à integração dos créditos criados ao abrigo do Decreto-Lei n.º 309-A/2007, de 7 de setembro, no regime previsto no Decreto-Lei n.º 227/2012, de 25 de outubro

A Comissão apreciou a nota de admissibilidade, tendo a Petição sido admitida por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS e CDS-PP, registando-se a ausência do PCP, BE e PEV. A elaboração do relatório será da responsabilidade do PS.

7. **Proposta de DECISÃO DO CONSELHO** relativa à renovação do Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre a Comunidade Europeia e o Governo dos Estados Unidos da América [COM(2013)731].

Apreciada a iniciativa e, apesar de a mesma não se encontrar incluída no Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2013, a Comissão deliberou efetuar escrutínio, dada a relevância da temática. Cabe ao PSD a indicação do autor do parecer, devendo o mesmo ser apresentado até 26 de novembro de 2013.

8. **RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO – O sistema das Escolas Europeias em 2012** [COM(2013)714].

A Comissão apreciou a iniciativa e deliberou não efetuar escrutínio.

9. **Grupos de trabalhos e Relatores Temáticos para a 3.ª Sessão: composição, mandato e planos de atividades**

A Sra. Deputada Isilda Aguincha (PSD) informou que será substituída na coordenação do Grupo de Trabalho do Parlamento dos Jovens pelo Sr. Deputado Pedro Pimpão, mantendo o PSD os representantes nos restantes grupos de trabalho.

O Sr. Deputado Acácio Pinto (PS) comunicou que o PS mantém os seus representantes nos grupos de trabalho e, relativamente à temática da Avaliação Tecnológica Parlamentar, propôs a constituição de um grupo de trabalho, com prazo definido, para avaliar a questão da criação de um gabinete na Assembleia da República, como resulta de Resolução, aprovada em 2009.

O Sr. Deputado Amadeu Albergaria (PSD) solicitou o adiamento desta deliberação para a reunião seguinte da Comissão, o que foi aceite.

10. **Projeto de Resolução n.º 841/XII/3.ª (PS)** - Recomenda ao Governo que promova o multilinguismo mediante a integração do inglês no currículo obrigatório do 1º ciclo do ensino básico e crie condições para a aprendizagem de uma segunda língua estrangeira no âmbito das Atividades de Enriquecimento Curricular;

Foi aprovada, por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS e CDS-PP, registando-se a ausência do PCP, BE e PEV, a redação final.

11. **Projeto de Resolução n.º 854/XII/3.ª (PSD/CDS-PP)** - Recomenda ao Governo a proteção dos documentos sonoros que sejam parte do património cultural português.

A redação final foi aprovada, por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS e CDS-PP, registando-se a ausência do PCP, BE e PEV.

12. **Outros assuntos**

13. **Datas das próximas reuniões**

Dia 6 de novembro de 2013

Dia 7 de novembro de 2013

A reunião foi encerrada às 16:55 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

Palácio de São Bento, 5 de novembro 2013

A Presidente

(Nilza de Sena)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Acácio Pinto
Amadeu Soares Albergaria
Carlos Enes
Duarte Marques
Inês de Medeiros
Isidro Araújo
Isilda Aguincha
Margarida Almeida
Maria Conceição Pereira
Michael Seufert
Nilza de Sena
Odete João
Paulo Cavaleiro
Pedro Delgado Alves
Pedro Pimpão
Rita Rato
Rui Pedro Duarte
Jacinto Serrão
João Prata
Laurentino Dias
Maria Gabriela Canavilhas
Pedro Lynce
Rui Jorge Caetano

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Maria da Conceição Caldeira
Maria José Castelo Branco

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Abel Baptista
Elza Pais
Heloísa Apolónia
Luís Fazenda